

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática dos cursos d'água, quando da construção de barragens.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado ARNALDO JARDIM

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.009, de 1997, originário do Senado Federal, propõe que se torne obrigatória a implantação de eclusas em todas as barragens a serem construídas em rios navegáveis. Propõe, também, um conjunto de medidas destinadas à preservação da fauna aquática, constituídas por obras e ações que possibilitem a migração dos peixes (piracema) e proporcionem o transbordamento dos rios em trechos com incidência de lagoas marginais, propiciando a entrada de ovos e a saída de peixes jovens.

O projeto reforça a obrigação, já prevista na legislação ambiental, de que o licenciamento ambiental de barragens para fins hidrelétricos acima de dez megawatts, para abastecimento público (saneamento) e para retirada de água para irrigação dependerá da elaboração de estudo de impacto ambiental, o qual deverá ser aprovado pelo órgão competente. Condiciona a emissão da Licença Prévia à indicação de medidas que possibilitem a migração de piracema, ou de estações de piscicultura, e ao inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante do barramento. Prevê que a Licença de Instalação só poderá ser emitida após a aprovação, pelo órgão municipal ou estadual competente, ou, em caráter supletivo, pelo Ministério dos Transportes, do estudo de viabilidade da

barragem, incluindo, quando o rio for navegável, a implantação de eclusa.

Como penalidades pela não observância de suas disposições, o Projeto prevê multa correspondente a um mínimo de 20% do valor do empreendimento, restrição ou perda de incentivos e benefícios fiscais e a perda ou suspensão de participações do empreendedor em licitações do setor público e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.

O projeto já foi submetido à apreciação da Comissão de Viação e Transportes, que o aprovou na forma de Substitutivo proposto pelo Relator, Deputado **Eliseu Padilha**.

Cabe a esta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pronunciar-se sobre o mérito do projeto, nos termos do inciso XIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

II - VOTO DO RELATOR

A otimização do uso do imenso sistema hidroviário brasileiro é fundamental para o desenvolvimento sustentável de nosso País. O transporte hidroviário, além de menor custo, proporciona notável economia de combustíveis automotivos. Uma balsa de transporte de grãos, por exemplo, carrega o equivalente a várias dezenas de carretas rodoviárias, com mesma potência de motorização. Além da economia financeira, os benefícios ambientais são relevantes, ressaltando-se a menor emissão de gases que poluem a atmosfera e contribuem para o aquecimento global.

Além do menor consumo de combustíveis, o melhor aproveitamento do sistema hidroviário irá reduzir o uso e desgaste das rodovias, melhorando a segurança das mesmas e reduzindo os seus custos de manutenção. O transporte hidroviário, bem gerido, acarreta menor demanda de recursos naturais, seja na forma de combustíveis, seja em materiais de construção utilizados para ampliar e manter a malha rodoviária.

Não temos dúvidas, portanto, quanto ao mérito do Projeto de Lei nº 3.009, de 1997, no que tange à obrigatoriedade de que eclusas ou outros dispositivos de transposição de nível sejam previstos nos projetos de barramento de cursos de água. Tal mérito está esplendidamente ressaltado no parecer elaborado pelo Deputado Eliseu Padilha, Relator do projeto pela

Comissão de Viação e Transportes.

Outro tema tratado pelo projeto é a obrigatoriedade de previsão, nos projetos e obras de barramento de cursos de água, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em migração para reprodução, no fenômeno natural conhecido como piracema. Essas estruturas já são, hoje, obrigatórias nos projetos de barragens, por força de resoluções do CONAMA e de exigências dos processos de licenciamento ambiental. No entanto, a explicitação das mesmas em lei dará mais força aos órgãos ambientais para exigir que sejam implantadas.

Ressalte-se que medidas para garantir a reprodução de peixes não são benéficas apenas para a preservação de fatores ambientais. Elas revestem-se de interesse econômico, pois a pesca em rios é importante como meio de sustento para várias populações ribeirinhas. Em vários projetos hidrelétricos implantados em rios brasileiros, tal atividade teve períodos de inviabilidade que só foi revertida com medidas paliativas, como a criação de alevinos para soltura anual nos reservatórios e nos próprios cursos naturais dos rios barrados. No entanto, como se tratam de medidas artificiais, não contemplam todas as espécies e podem afetar a manutenção dos cardumes.

Sob esse aspecto, também, é meritório o Projeto de Lei nº 3.009, de 1997 e o Substitutivo aprovado pela Comissão de Viação e Transportes.

Não obstante concordarmos com o mérito do projeto e com as considerações advindas da Comissão de Viação e Transportes, parecem-nos necessárias algumas complementações e adaptações no texto do projeto e do Substitutivo da CVT, para adequá-los, principalmente, às peculiaridades dos aproveitamentos dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica.

A hidroeletricidade, devemos nos lembrar, é uma das formas mais limpas de energia, que não consome combustíveis, não gera resíduos de quaisquer espécies e é totalmente renovável. Seu aproveitamento, se compatível com o meio ambiente e com os demais usos da água, é um dos caminhos lógicos para tornar mais sustentável nossa sociedade, hoje e para as

futuras gerações.

O uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos é o princípio básico que norteia política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. É necessário, portanto, que usos de grande importância e repercussão econômica, social e ambiental sejam cuidadosamente compatibilizados. Nesse sentido, a dependência de nossa matriz energética da hidroeletricidade não pode ser ignorada. Qualquer acréscimo de custos na implantação e operação do sistema hidrelétrico irá certamente refletir-se nas tarifas de energia elétrica, com impactos sobre toda a economia nacional e sobre as finanças pessoais de todos os cidadãos, pois não há atividade econômica e nem serviço público que não dependa do fator energia elétrica.

Evitar que os custos de uma atividade ou exploração de recurso natural reflitam em outras é condição, inclusive, para a aplicação do princípio do poluidor ou consumidor-pagador, pois evita que externalidades ou ineficiências de uma atividade sejam mascaradas por outras.

Assim, concluímos por adequar e complementar o texto já discutido e aprovado pela Comissão de Viação e Transportes para que a hidroeletricidade e outros usos dos recursos hídricos não sejam onerados com a implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de nível em seus empreendimentos. Propomos que seja obrigatório o estudo e viabilidade desses dispositivos, que eles sejam previstos nos projetos e que sejam, no mínimo, implantadas as estruturas que possibilitem sua futura complementação, complementação esta que deverá estar ao encargo do setor de transporte hidroviário federal ou estadual, dependendo do domínio do curso de água barrado.

No que concerne às estruturas para a passagem de peixes em piracema, embora sejam exigências já consolidadas nos processo de licenciamento ambiental de barragens, achamos por bem mantê-las no texto.

Outros aspectos relacionados tanto à navegação fluvial, como à ictiofauna, como a manutenção de vazão mínima de jusante e calados de embarcações, são mais adequados à regulamentação, por envolverem parâmetros técnicos e critérios de planejamento que são dinâmicos e não

devem ser congelados em lei.

Em conclusão, votamos pela aprovação, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 3.009, de 1997 e, parcialmente, do Substitutivo aprovado pela Comissão de Viação e Transportes, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ARNALDO JARDIM
Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 1º

§ 4º A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis." (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

"Art. 13-A – A outorga de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis de domínio da União é condicionada à prévia avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

§ 1º A responsabilidade pela avaliação a que se refere o *caput* será definida no processo de concessão do serviço público que der origem à demanda da construção da barragem.

§ 2º No caso de ser comprovada a viabilidade, a construção da barragem deverá ser feita de forma compatível com a implantação simultânea, ou posterior, da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.

§ 3º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

§ 4º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

I - cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.

II - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.

§ 5º Não se aplica o disposto no *caput*:

I - aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995;

II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.” (NR)

Art. 4º A operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias constitui serviço público que pode ser prestado diretamente, ou sob regime de concessão, pela a União ou pelo poder público de ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados.

Art. 5º Na concessão da exploração de potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:

I – ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço de geração de eletricidade, em contrato único de concessão; ou

II - ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou

III – ser concedido após e de forma independente da construção da usina hidrelétrica e da operação do serviço de geração de eletricidade.

§ 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no § 1º, o projeto ~~e implantação~~ da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

§ 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário ~~deverá~~ poderá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão, desde que haja ressarcimento dos respectivos custos.

§ 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 3º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

§ 4º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sempre sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

§ 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos deste não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.

Art. 6º O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art.4º
....."

“XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características.” (NR)

Art. 7º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subsequentes:

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....

V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;” (NR)

Art. 8º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

.....” (NR)

Art. 9º A outorga de recursos hídricos deverá considerar
Aa operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir de forma a garantir a vazão mínima a jusante que proporcione:

I – em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;

II – em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.

Art. 10. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva.

Parágrafo único, além dos dispositivos a que se refere o caput, a operação das barragens deverá prever descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, em níveis que permitam a troca, entre as lagoas e o curso principal, de ovos e peixes jovens.

Art. 11. O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas ambientais federais e estaduais.

§ 1º Para emissão da Licença Prévia (LP) da construção da barragem, deverão constar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental:

I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna do cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento;

II – o inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, indicando as áreas inundadas após o período das cheias e ao final do período de vazante, e as espécies de peixes encontrados nas lagoas em ambos os períodos.

§ 2º A Licença de Implantação (LI) do empreendimento será condicionada:

I - à aprovação, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

II – à emissão de parecer, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores:

I – à suspensão das licenças ambientais dos empreendimentos correspondentes;

II – ao pagamento de multa diária equivalente a dez décimos por cento do valor patrimonial do empreendimento, até o máximo de 20%;

III – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

IV – à perda ou suspensão do direito de participação em licitações públicas e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.

Art. 13. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado **Arnaldo Jardim**
Relator